



## **Ecoturismo: Alternatividade ao Desenvolvimento nas Áreas Protegidas**

**Resumo:** O cenário contemporâneo é marcado por ações desenvolvimentistas e por práticas conservacionistas que invisibilizam as coletividades que residem nos territórios protegidos ou ao entorno. Nesse sentido, objetivou-se analisar o Ecoturismo como uma alternatividade de desenvolvimento para essas coletividades e como uma ferramenta de preservação ambiental dentro das áreas protegidas. Para isso, foi utilizado um referencial teórico que permitiu compreender os conceitos e histórico do desenvolvimento e alternatividades como campos analíticos dos fenômenos associados à criação das áreas protegidas. Como resultado percebeu-se que o Ecoturismo surge como uma alternatividade ao desenvolvimento para essas comunidades, já que esse segmento se integra as discussões ambientais que estão em campo possibilitando o uso sustentável das áreas protegidas.

**Palavras-chave:** Áreas Protegidas; Ecoturismo; Alternatividades; Desenvolvimento.

**Abstract:** The contemporary scenario is marked by developmental actions and by conservationist practices that make invisible the collectivities that reside in the protected territories or the environment. In this sense, the objective was to analyze Ecotourism as an alternative of development for these collectivities and as a tool of environmental preservation within the protected areas. For this, a theoretical framework was used to understand the concepts and history of development and alternatives as analytical fields of the phenomena associated with the creation of protected areas. As a result, it was realized that Ecotourism emerges as an alternative to development for these communities, since this segment integrates the environmental discussions that are in the field making possible the sustainable use of protected areas.

**Key-Words:** Protected Areas; Ecotourism; Alternativities; Development

## **INTRODUÇÃO**

O modelo atual de desenvolvimento apresenta sua base colocada sobre a exploração dos recursos naturais, esse aproveitamento que durante muito tempo esse foi realizado de maneira intensa, gerou o esgotamento das ilhas de sintropia dos países desenvolvidos, os quais passaram a explorar os recursos naturais dos países subdesenvolvidos, passando assim a desenvolver uma crise ambiental global.

Dessa forma, coloca-se o meio ambiente em discussão, em uma perspectiva de impactos ambientais causados pela busca de desenvolvimento econômico da sociedade capitalista. De acordo com Pierri (2008), a atual crise ambiental caracteriza-se por alguns aspectos como o ritmo acelerado, o qual diz respeito ao mercado capitalista, onde há mais produção e mais resíduos; a amplitude, referindo-se a grande extensão do território ocupado pelo



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

capitalismo, que promove a geração de resíduos fora dos ecossistemas originais; e o nível, que é em relação à exploração de novos materiais e o nível de consciência da população. Nesse sentido, as discussões em torno da preservação e conservação ambiental ganharam destaque. Enfatiza-se a necessidade de repensar as estratégias de desenvolvimento, considerando ações sustentáveis sobre a utilização dos recursos.

E, é nessa perspectiva que estratégias e proteção ambiental vem sendo desenvolvidos, historicamente, na perspectiva de assegurar os mecanismos de sobrevivência humana, tanto em questões simbólicas, como também operacionais e pragmáticas (IRVING E MATOS, 2006). Nesse sentido, o naturalismo ganha espaço afirmando que “a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio ilhas onde pudesse admirá-la e reverenciá-la” (DIEGUES, 2001, p. 13). Esse processo de separação sociedade-natureza pode ser observado na motivação das criações dessas áreas, que se basearam na proteção da vida selvagem, ameaçada pela “civilização urbana-industrial, destruidora da natureza” (DIEGUES, 2001).

No Brasil os movimentos ambientais ganharam força nos anos 50, entretanto essa concepção do naturalismo pode ser observada em 1934 com o desenvolvimento do Código Florestal, onde, mesmo que de forma rasa, a preservação ambiental foi estabelecida através de algumas áreas protegidas. Essa política pública buscava proteger diferentes tipos de áreas como: floresta e remanescentes (NOGUES, 2012), estabelecendo também normas para a exploração florestal e penalizações, que seriam aplicadas a quem desrespeitasse a legislação. Esse código foi reformulado em 1965, período em que foi criado o segundo Código Florestal que surge como uma ferramenta mais rígida de proteção ambiental, quando comparado com anterior de 1934. O segundo Código Florestal estabelecia as áreas de Reserva Legal (RL), as APPs, as limitações ao direito de propriedade, no que se refere ao uso e exploração do solo e das florestas e demais formas de vegetação.

Percebe-se, ideia de preservação e conservação ambiental através de áreas protegidos, passa a ganhar destaque. Entretanto, os objetivos e estratégias de conservação podem incluir proibições ou restrições, que variam



conforme a categoria da área protegida. Geralmente esses objetivos e estratégias apresentam-se através de políticas de conservação e gestão.

Nessa perspectiva, quando se analisa a criação das áreas protegidas, observa-se a constituição de conflitos socioambientais, que de acordo com Little (2001, p. 107), são definidos como “disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural”, ou seja, diferentes atores sociais em um mesmo espaço com intuítos diferentes de utilização desse local e de seus recursos. Nesse cenário, é possível observar dois principais atores as comunidades locais e a gestão (órgãos públicos ou não) dessas áreas, ambos tendem a possuir interesses diferenciados sobre esses espaços.

A criação dessas áreas, especialmente das Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral, de acordo com Faraco (2010, p.07), pode ser entendida como um processo de ruptura dos territórios ali existentes, já que se trata da criação de um novo território, muitas vezes em sobreposição de outros territórios, anteriormente criados pelos moradores da região. Pode-se considerar que, em alguns casos, há a ruptura de territórios nas três noções definidas por Haesbaert (2004, p. 40): política, cultural e econômica.

Essas problemáticas ao entorno das áreas protegidas e das populações locais apresentam vários processos como resultados desse conflito, como por exemplo, e as alternativas são todas as formas de práticas, experiência ou atividades, podendo ser econômica ou não, que possuem características alternativas aos aspectos da atual sociedade capitalista. De acordo com Faraco (2010), as alternativas podem ser consideradas como a existência de grupos que se relacionem com a natureza e utilizam seus recursos com base em uma lógica distinta da lógica mercantil.

Considerando que, de um lado existem os objetivos e estratégias de conservação gerando proibições e restrições sobre a utilização dos espaços protegidos e seus recursos, do outro há as comunidades locais em busca de desenvolvimento, geralmente, a partir dos recursos existente em seus locais de residência ou ao entorno, ou seja, das áreas protegidas. Entende-se que existe um impasse sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento local. E é a partir



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

dessa perspectiva que surgem as atividades alternativas de desenvolvimento, ou seja, as alternativas perante as restrições e proibições das áreas protegidas, que buscam compatibilizar, ou ao menos aproximar, o desenvolvimento local e a proteção ambiental.

E, é nesse sentido que se discute o Ecoturismo, já que apresenta uma ideologia correspondente ao turismo alternativo, negando as premissas do turismo convencional. Entende-se, que esse segmento busca utilizar os recursos naturais, baseados na sustentabilidade, usufruindo dos recursos dentro do ciclo temporal de regeneração ambiental, ou seja, utilizando-os de uma forma com que seja possível mantê-los para as gerações futuras utilizá-los também.

O Ecoturismo, também sugere, a existência de uma relação de alteridade e interculturalidade entre turistas, moradores locais e gestores buscando manter não só a viabilidade dos recursos naturais, mas também da cultura local, assim como busca o desenvolvimento sustentável dessas coletividades.

De acordo com o ICMBio (2017), a demanda das comunidades residentes no interior ou ao entorno das UCs pelo desenvolvimento de atividades turísticas cresceu significativamente nos últimos anos. Nesse sentido, observa-se a atividade a partir de duas vertentes: a primeira, como ferramenta importante para o fortalecimento dos programas de visitação, para a diversificação das atividades desenvolvidas e para a agregação de valor à experiência do turista; a segunda, no sentido de incrementar a renda das comunidades residentes e de aproximá-las da gestão das UCs (ICMBio, 2017).

Nessa perspectiva, restringindo as áreas protegidas nas UCs de Uso Sustentável, esse trabalho busca analisar a possibilidade do Ecoturismo apresentar-se como uma alternativa de desenvolvimento e preservação dentro das Unidades de Conservação.

## **METODOLOGIA**



O caminho metodológico oferece ao pesquisador, coerência na relação existente entre o desenvolvimento de sua pesquisa com os objetivos propostos. A escolha desse caminho irá direcionar o pesquisador para a resposta de seus objetivos.

Para a realização desta pesquisa foi utilizado a pesquisa exploratória, que visa proporcionar maior contato e ideia de visão aproximativa com o fato a ser pesquisado, sendo necessária a revisão da literatura para futura discussão como, também, para concretização do referencial teórico (GIL, 2008). Buscou-se estabelecer discussões acerca das categorias teóricas do Desenvolvimento, das Áreas Protegidas, das Alternatividades e do Ecoturismo realizando uma análise sobre a interligação dessas.

## **DISCUSSÃO TEÓRICA:**

### DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

O conceito de desenvolvimento, segundo Polèse (1998), é um conceito “vivo” e complexo – que sofreu e vem sofrendo diversas modificações marcantes, principalmente nos últimos 50 anos e em particular nos últimos 20 anos. Nesses últimos séculos observa-se uma transformação no nível de qualidade de vida, do crescimento econômico e da população, com o avanço dos processos de urbanização, industrialização e das inovações tecnológicas envolvidas (DENKEWICZ, *et al*, 2017).

Entretanto Cavalcanti (2012) ressalta que o crescimento é sinônimo de aumento ou expansão, representado pelo aumento quantitativo da escala física, enquanto o desenvolvimento é sinônimo de mudança, evolução e diz respeito a uma melhoria qualitativa ou florescimento de potencialidades (CAVALCANTI, 2012), nesse sentido, como explica essa autora, o desenvolvimento não implica crescimento material, embora possa incluí-lo.

Já Parreira (2009), sugere uma definição "alternativa" para o conceito de desenvolvimento, pois afirma que no momento vivido pela humanidade ocorre uma tendência de cada vez mais afastar-se da natureza, obtendo assim uma



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

vida cada vez mais "não natural", o que impacta todos os âmbitos da vida humana. Esse autor afirma que é necessário defender uma existência com qualidade e consciência no presente, exigir fortemente uma atenção sobre conceitos alternativos de desenvolvimento, baseado em um novo estilo de vida, equilibrado com respeito ao meio ambiente, possuindo métodos de produção mais seguros, formas de trabalho mais justas e novos padrões de consumo. Essa proposta vai ao encontro do proposto por Cavalcanti (2012), que expõe que o crescimento econômico em sua forma pura não contribui para modelos alternativos, como o "*buen vivir*", isso porque o crescimento econômico ilimitado não pode ser conciliado com um meio ambiente saudável (CAVALCANTI, 2015).

Nesse sentido, analisa-se o padrão de desenvolvimento a partir de três variáveis o processo de produção, o Estado e o meio ambiente. De acordo com Godoy (2000), o padrão de desenvolvimento capitalista, historicamente, disseminou-se internacionalmente sob a hegemonia dos Estados Unidos, a partir da II Guerra Mundial, sendo baseado no modelo fordista de produção, sofrendo sobre a economia intervenções do Estado com o aumento da demanda agregada e intervenções sobre o plano ambiental, o qual recebia incentivos ao desperdício (DENKEWICZ, *et al*, 2017).

Entretanto, de acordo com Altvater (1995), a concretização e implantação do Fordismo não ocorreram de maneira linear e impositiva, mas sim como um processo desigual e sem simultaneidade. Segundo esse autor, a intervenção do Estado resultou em gastos públicos deficitários, o que significaram maior tributação que após a II Guerra Mundial sofreu modificações, passando a ter mais peso a propriedade e o imposto de renda.

Esse processo exigia grandes níveis de utilização de recursos naturais, que inicialmente eram disponibilizados a valores baixos. Entretanto, de acordo com Altvater (1995), no século XX revela-se a possibilidade de esgotamento das ilhas sintropia, promovendo a importação dos recursos naturais que faltavam no país. No entanto, com a extensão do modelo Fordista para todo o mundo, a crise dos recursos naturais passa a ser mundial, pois países subdesenvolvidos tornam-se também dependentes desses recursos,



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

precisando importá-los. Nesse momento, a exaustão provocada pelo modelo Fordista de produção, soma-se à introdução da crise ambiental e à cena política, entre 1960 e 1970 (GODOY, 2000).

Então, um novo modelo de organização é incorporado: o Toyotismo, baseado na experiência das empresas japonesas, principalmente a Toyota. Em uma síntese desse novo processo Becker e Gomes (1993 *apud* GODOY, 2000), afirmam que por um lado a internacionalização da economia e a aceleração do ritmo dos processos econômicos derrubaram barreiras espaciais e formaram um mercado global, porém, por outro lado, a implantação da tecnologia é voltada a determinadas camadas de renda, englobando determinados territórios. Ocorre a fragmentação dos territórios nacionais, exclusão de populações e tende-se a acentuar as desigualdades, tudo por conta do que os autores denominam “apartheid tecnológico”. Paralelamente a expansão desses processos, inicia-se o surgimento dos limites impostos pela manutenção de toda uma dinâmica econômica, baseada predominantemente em recursos naturais não renováveis, e caracterizado pelos desequilíbrios ambientais, a poluição, o desemprego, a pobreza, a favelização, a urbanização e a violência urbana (GODOY, 2000).

Nesse sentido, discussões sobre as questões ambientais começam a ganhar destaque diante de tantos desastres como resultados desses processos de desenvolvimento. Dessa forma, como alternativa de desenvolvimento à ideia de “crescimento a qualquer custo” propôs-se, na reunião de Estocolmo, a abordagem Ecodesenvolvimentista (GODOY, 2000). A formulação conceitual do termo ecodesenvolvimento foi proposta por Maurice Strong, em 1973, como alternativa ao conceito de desenvolvimento. A partir dessa perspectiva utilizando-se dos referencias Ignacy Sachs o Ecodesenvolvimento sustenta-se em três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

Para Sachs (2008) o ecodesenvolvimento é uma proposta de conservação da estrutura produtiva dos recursos renováveis, utilizando tecnologias apropriadas e pautado na educação libertadora como promotora do conhecimento necessário para o manejo ecologicamente correto dos



recursos naturais, ou seja, valoriza os componentes de cada ecorregião, sem espelhamento em um modelo generalizador.

Outras discussões importantes acontecem e resultam em documentos como a Declaração de Cocoyok, o Relatório da Fundação Dag Hammarskjold - Suécia, o Relatório de Brundtland, onde cunha-se o termo Desenvolvimento Sustentável, tal relatório foi desenvolvido pela World Commission on Environment and Development (WCED), sob a coordenação de Gro Brundtland. Possuía informações colhidas pela comissão, ao longo de três anos de pesquisa e análise, sendo definido como desenvolvimento sustentável, o que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Nesse relatório se estabelece que a pobreza, a desigualdade e a degradação ambiental não podem ser analisadas de maneira isolada. O documento coloca a pobreza como uma das causas (e consequências) dos problemas ambientais. A partir dessas discussões coloca-se a pobreza junto com os debates ambientais. Entretanto, não é percebido como um problema em si, mas sim como algo que deve ser resolvido para alcançar a sustentabilidade (DENKEWICZ, *et al*, 2017).

Entretanto, em meio aos discursos positivos sobre desenvolvimento sustentável, o autor Fernandez (2000) faz apontamentos sobre possíveis ilusões da realidade coletiva. Esse autor afirma que a expressão de desenvolvimento sustentável está iludindo a população, que permanece acomodada acreditando que algo está sendo feito, porém a lógica da economia existente torna impossível a eficiência do mesmo, pois, para uma porcentagem da população, é apenas um alívio em suas consciências e para outra é uma forma de obter lucro com seus produtos, que enfatizam as questões ambientais.

Em relação à obtenção de lucros que Fernandez comenta, May (2010) apresenta uma importante menção sobre a questão. O autor afirma que diante das consequências do sistema capitalista, surgiu uma convenção denominada "Desenvolvimento Sustentável", que se revelou capaz de modificar a realidade das empresas alocadas no capitalismo, obrigando-as a adquirirem condições



para gerenciar demandas sociais e conflitos ambientais, objetivando manterem-se competitivas. Assim, origina-se o ambientalismo empresarial e, atualmente, o movimento de Responsabilidade Social Empresarial, os quais surgem a fim de maximizar os lucros das empresas, utilizando-se do marketing verde.

Fernandez (2000), afirma que a única esperança é que ocorram mudanças econômicas e culturais, pois será mais eficiente evitar problemas ambientais, através da mudança na sociedade, do que procurar soluções para problemas já existentes.

Apesar das críticas, o Desenvolvimento Sustentável e o Ecodesenvolvimento são alternativas de desenvolvimento que surgem com intenções de colocar o meio ambiente em debate, enfatizando a preocupação com a utilização desses recursos como, também, a produção de dejetos que são devolvidos ao meio ambiente de forma inadequada. E junto com essas alternativas surgem ações, como a criação de Unidades de Conservação, que são inseridas dentro do modelo de desenvolvimento atual, que buscam proteger de alguma forma parte dos recursos naturais existentes (DENKEWICZ, *et al*, 2017).

## **ÁREAS PROTEGIDAS**

Estratégias e proteção ambiental vem sendo desenvolvidos, historicamente, na perspectiva de assegurar os mecanismos de sobrevivência humana, tanto em questões simbólicas, como também operacionais e pragmáticas (IRVING E MATOS, 2006). Por vários anos, em uma escala global, a proteção dessas áreas foi realizada, tanto pela beleza cênica ou pela importância para a manutenção da biodiversidade. E dessa forma, as áreas protegidas são reconhecidas como ferramenta de proteção ambiental (UNEP/CDB, 2005).

De acordo com Diegues (1996), a idealização de áreas específicas para a conservação da natureza ganha força no século XIX, nos Estados Unidos com a criação do Yellowstone, consolidando-se e configurando-se a partir do mito da “natureza intocada”. O autor define essa conjuntura como o “mito



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

moderno” ou “neomito” fazendo uma comparação ao mito do Éden (paraíso perdido).

Nessa perspectiva, o naturalismo ganha espaço afirmando que “a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio ilhas onde pudesse admirá-la e reverenciá-la” (DIEGUES, 2001, p. 13). Esse processo de separação sociedade-natureza pode ser observado na motivação das criações dessas áreas, que se basearam na proteção da vida selvagem, ameaçada pela “civilização urbana-industrial, destruidora da natureza” (DIEGUES, 2001).

No entanto, Ellen (1989) problematiza a ideia de um “mundo natural selvagem intocado e intocável”. A autora afirma que “a natureza em estado puro não existe, e as regiões apontadas pelos biogeógrafos usualmente correspondem a áreas manipuladas pelos homens”. Apresentando assim, um contraponto a ideologia de natureza intocada e intocável. Essas áreas já foram ou são habitadas por populações consideradas tradicionais, que pouco modificaram o ambiente em que viviam, dessa forma não são áreas intocadas.

Ainda assim, a concepção de áreas protegidas ganha força e, conseqüentemente, o número dessas áreas aumentam. Ghimire (1993) afirma que há uma combinação de fatores que explicam esse aumento da preocupação mundial pelas áreas protegidas: a rápida devastação das florestas e a perda da biodiversidade, a disponibilidade de fundos internacionais para a conservação e a possibilidade de renda pelo turismo nessas áreas.

Dessa forma, pode-se afirmar que a proteção da natureza não é o único motivo da criação de unidades de conservação. O autor Ghimire (1993) afirma que “a criação dessas áreas se transformou, também, em um importante recurso político para as elites dominantes de muitos países do Terceiro Mundo, como estratégia para obter ajuda financeira externa”. O mesmo autor aponta como exemplo, o *debts wapt for nature* (conversão da dívida externa por conservação), onde parcelas da dívida externa de alguns países são adquiridas por entidades ambientalistas internacionais ou bilaterais, em troca da implantação de projetos conservacionistas.



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Então, entende-se que nos últimos anos essa ideia sobre as áreas protegidas tem mudado, adquirindo um conceito mais amplo. De acordo com a UNEP/CDB (2005) além da função de conservação da natureza, essas áreas devem proporcionar o bem-estar humano, a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

No Brasil a primeira UC criada foi o Parque Nacional de Itatiaia em 1937. Antes disso, de acordo com Pádua (2004) a interação sociedade/natureza, no Brasil, foi baseada na utilização do território para fins econômicos, na exclusão da biodiversidade nos planejamentos de ocupação do território e no investimento no cultivo de monoculturas podendo ser baseados em espécies exóticas.

Pádua (2004), afirma que em geral as criações das UCs do Brasil e da América Latina foram influenciadas por correntes internacionais de proteção da natureza. Entretanto, Irving (2000) coloca que, “a institucionalização política e administrativa de proteção da natureza, consolidada na primeira metade do século XX, pode ser entendida realmente como resultado do contexto internacional, mas também de um lento e extenso processo de valorização da natureza, influenciado por vários segmentos da sociedade brasileira.

As políticas públicas voltadas para a conservação no Brasil passaram a evoluir a partir da década 1930, quando iniciaram intervenções de regulamentação dos recursos naturais relevantes ao processo de industrialização. No entanto, é possível observar acontecimentos de escala internacional que induziram as políticas públicas em esferas mundiais e nacionais. (PECCATIELLO, 2011).

Todavia, foi na década de 1960 que as políticas ambientais no Brasil passaram a se desenvolver com mais ênfase. Sendo assim, “a criação das instituições e legislações designadas especificamente concentra-se nas quatro últimas décadas do século XX”. (PECCATIELLO, 2011, p.73).

Entre os anos de 1980 e 1990 vários acontecimentos ambientais influenciaram as políticas ambientais no Brasil, como por exemplo: a elaboração, em escala internacional, do Relatório Brutland; Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – UNCED ( essa conferência resultou



em vários acordos importantes como: as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios para as Florestas, esses exercem influência nas questões ambientais até hoje); a Conferência Rio +10. (PECCATIELLO, 2011).

E é nesse contexto que novos instrumentos de proteção ambiental foram criados, como por exemplo, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), gerado para atender às necessidades de conservação das áreas naturais. (PECCATIELLO, 2011).

Entretanto, Cheire (1993), afirma que os governos não avaliam adequadamente os custos ambientais e sociais das implantações de unidades de conservação. Isso fica claro, quando há a presença de populações nas UCs. Usualmente, de acordo com Ghimire (1993), os governos “transferem as populações das regiões onde viveram seus antepassados e onde estão presente toda sua organização social e cultural, para regiões ecologicamente e culturalmente diferentes”. Fato, que muitas vezes inviabilizam a sobrevivência dessas populações.

Diegues (2001) afirma que “as maneiras de integrar essas populações no planejamento e na implantação das UCs, na maioria das vezes, buscam apenas minimizar os conflitos potenciais ou existentes e não verdadeiramente oferecer alternativas viáveis de subsistência a essas populações. Nesse sentido, as UCs devem ser pensadas para além de espaços de conservação. Sammarco (2013) afirma que “antes de mais nada as áreas protegidas são locais de vida, onde são expressos modos de vidas que levam às avaliações e condutas”.

## **ECOTURISMO**

A partir de preocupações, com os impactos ambientais e culturais, que atividade turística pode causar, sobre determinada comunidade ou atrativo, surgem segmentos turísticos alternativos ao turismo massificado. A partir, dessa linha de raciocínio, aborda-se o Ecoturismo que segundo Barreto e



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Tamanini (2002, p.36) aparece como uma proposta conservacionista, pois é um tipo de turismo que passa a ter cuidados com o meio ambiente, valorizando a comunidade local, exigindo qualidade de vida, hospitalidade, recreação e segurança e serviços inter-relacionados.

De acordo com a Embratur (1994) e o Ibama (1994), Ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, inclusive sua conservação, e busca a formação de uma consciência ambiental através da interpretação do meio ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

De acordo com o ICMBio (2017), a demanda das comunidades residentes no interior ou ao entorno das UCs pelo desenvolvimento de atividades turísticas cresceu significativamente nos últimos anos. Nesse sentido, observa-se a atividade a partir de duas vertentes: a primeira, como ferramenta importante para o fortalecimento dos programas de visitação, para a diversificação das atividades desenvolvidas e para a agregação de valor à experiência do turista; a segunda, no sentido de incrementar a renda das comunidades residentes e de aproximá-las da gestão das UCs (ICMBio, 2017).

Contudo, um dos aspectos que possibilitou a interface do turismo com as áreas protegidas foi o fortalecimento do pensamento ambiental, o qual influenciou fortemente a atividade turística. Junto com as áreas protegidas, o ecoturismo foi fomentado por ser um segmento turístico que surge em contraposição ao turismo massificado e que pode ser praticado dentro de algumas áreas protegidas. O ecoturismo aparece como uma ferramenta que coloca o turismo e a conservação na mesma direção.

Entretanto, é necessário ter ponderação ao pensar no Ecoturismo, pois a relação do turismo com as nas áreas protegidas também pode manifestar-se a partir de conflitos socioambientais. Segundo Rodrigues (2009), a apologia ao turismo como ferramenta de “salvação” para compatibilizar a proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades locais, pode estar muitas vezes acompanhada por equívocos e interesses econômicos que transformam a atividade turística em um canal para a “colonização” das áreas e para a utilização indiscriminada dos recursos naturais.



Esses conflitos socioambientais podem apresentados a partir da divergência de interesses sobre um mesmo espaço/recurso. No caso do turismo e as áreas protegidas, pode-se apresentar a partir do uso indiscriminado dos recursos pelo turismo, como por exemplo, utilizar as áreas protegidas apenas para fins de visitação, sem a preocupação de proteção ambiental e cultural dessa área, pela ausência de plano de manejo nas áreas protegias ou pela falta de previsão de turismo nos planos, sendo situações que podem configurar o desenvolvimento do turismo como inadequado, já que ele pode não estar previsto ou não possuir diretrizes de regulamentação para seu desenvolvimento nessas áreas.

Entretanto, pensando a partir da necessidade de desenvolvimento das comunidades que vivem nas áreas protegidas ou ao seu entorno, entende-se que o Ecoturismo, é fruto das atividades econ micas que surgem dentro do modelo de desenvolvimento existente, entretanto, esse segmento alia-se as discussões ambientais que estão em campo. Dentro da área das UCs existem categorias que permitem a realização das atividades ecotur sticas, devido ao viés conservacionista que o segmento apresenta. Essa associação, também, pode ser interpretada como uma alternativa de inclusão dos moradores das áreas protegidas, visto que são sujeitos de direitos de desenvolvimento, uso e apropriação dos recursos e territórios, assegurados por lei.

## **ALTERNATIVIDADES**

Pensar alternativas pressupõem retomar a ideia de Souza Santos e Rodríguez (2005), que o capitalismo tem sido constantemente confrontado e desafiado. De acordo com Macfarle (1998), esses desafios estão acompanhados de um pensamento crítico, desde o século XIX com o associativismo de Saint-Simon e Owen, na Europa. Até, no século XX, uma nova concepção de um desenvolvimento alternativo ou até mesmo a desaprovação da ideia de desenvolvimento econ mico nos países periféricos, passando pela ideia marxista, a qual incentivou esse debate sobre formas de sociedades mais justas que sejam alternativas viáveis às sociedades capitalistas (SOUZA SANTOS; RODRIGUEZ, 2005).



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Ao abordar as alternativas, é necessário evidenciar que essas são divididas em duas categorias como “alternativas de desenvolvimento” e “alternativas ao desenvolvimento”. A primeira categorização, também chamada de desenvolvimentos alternativos, exprime os diálogos existentes entre as correntes de pensamento contemporâneas, como o liberalismo, o conservadorismo e o socialismo (GUDYNAS, 2010).

A segunda categorização refere-se às alternativas ao desenvolvimento, como exemplifica as reflexões de Iván Illich a respeito da convivencialidade, as posturas radicais do ambientalismo, o desenvolvimento sustentável superforte, o biocentrismo, a ecologia profunda, a crítica feminista (advertindo que as estratégias de desenvolvimento reproduziam e consolidavam as assimetrias e hierarquias), a economia do cuidado, alguns aportes do decrescimento, a justiça ambiental, o interculturalismo, o pluralismo, algumas manifestações do bem viver (está tendo como vantagem o abandono da palavra desenvolvimento, além de oferecer enormes potenciais para o futuro), entre outros (GUDYNAS, 2010).

As alternativas de maneira geral são todas as formas de práticas, experiência ou atividades, podendo ser econômica ou não, que possuem características alternativas aos aspectos da atual sociedade capitalista. São um

"universal concreto que constrói um universal descolonial, respeitando as múltiplas particularidades locais nas lutas contra o patriarcado, o capitalismo, a colonialidade e a modernidade eurocentrada, a partir de uma variedade de projetos históricos ético-epistêmicos descoloniais" (GROSFOGUEL, 2008, p. 144).

As alternativas surgem como uma contraposição ao sistema capitalista imposto à sociedade, com a intenção de causar rupturas a esse modelo de desenvolvimento. De acordo com Souza Santos (2002, p. 65), as alternativas são "alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global, promovida pelos movimentos e organizações não governamentais, na sua luta contra as formas de dominação e opressão, em diferentes domínios sociais".



Em relação as áreas protegias, especificamente as UCs, Faraco (2010), propõe três classificações das alternativas: "de dentro" do modelo, são derivadas de brechas presentes dentro do próprio modelo; as "do lado" propostas alternativas que já estão no sistema; e as alternativas "de fora", apresentam formas alternativas já existentes, mas ainda não foram reconhecidas ou instituídas pelo sistema. A classificação proposta pode ser ampliada para além das UCs, sendo aplicável em todos os territórios que sejam regidos pelo sistema capitalista.

A importância das alternativas aparece na emergência do rompimento com o capitalismo, ou minimamente na transformação desse modelo que comumente marginaliza e pune as classes mais pobres com as injustiças ambientais. Entretanto, questiona-se a viabilidade a longo prazo dessas alternativas de organização, produção e exploração dos recursos naturais. É fundamental ponderar que estas devem ser incentivadas dentro e fora do Estado, o qual muitas vezes apresenta ações contraditórias, inicialmente apoiando as iniciativas e posteriormente as abandonando (SANTOS & RODRÍGUEZ, 2002).

Contudo, analisando as alternativas entende-se que o Ecoturismo surge como uma alternativa ao desenvolvimento para as comunidades que residem nas áreas protegidas ou ao seu entorno, visto que é uma atividade econômica que carrega a ideologia de preservação/conservação ambiental e cultural, buscando harmonizar o desenvolvimento com as questões ambientais. E de acordo com a classificação proposta pelo autor Faraco (2010), o Ecoturismo é uma alternativa "de dentro" do modelo, pois é derivado das brechas presentes dentro do próprio modelo, apresentando-se dessa forma como uma alternativa que concilia a aspiração por desenvolvimento das coletividades com o propósito de conservação ambiental.

## **CONCLUSÃO**

Esse trabalho se propôs a analisar o Ecoturismo como uma alternativa de desenvolvimento e preservação dentro das Unidades de



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Conservação. Os conceitos abordados foram Desenvolvimento, Unidades de Conservação, Ecoturismo e Alternatividades.

As questões relacionadas ao desenvolvimento mostram como as questões ambientais foram inseridas dentro do sistema de desenvolvimento hegemônico existente, apontam que mesmo em um cenário onde as indagações sobre a utilização e apropriação dos recursos naturais são emergentes, ainda predominam convicções de crescimento a todo custo, utilizando os recursos naturais como base.

Todavia existem alternativas de desenvolvimento como o Ecodesenvolvimento e o Desenvolvimento Sustentável, que surgem com intenções de colocar o meio ambiente em debate, enfatizando a preocupação com a utilização desses recursos como, também, a produção de dejetos que são devolvidos ao meio ambiente de forma inadequada. E junto com essas alternativas surgem ações, como a criação das áreas protegidas, que são inseridas dentro do modelo de desenvolvimento atual, que buscando proteger de alguma forma parte dos recursos naturais existentes.

Entorno da ideologia das áreas protegidas existem algumas divergências, como fortes diretrizes de proteção ambiental que ignoram as comunidades tradicionais existentes dentro das áreas de proteções, colocando esses sujeitos na margem das injustiças ambientais. Leis restritivas são impostas para as coletividades, que em muitos casos não tiveram o direito de participação na criação das UCs assegurados.

Essas coletividades deparam-se com situações que restringem seu desenvolvimento. Em determinadas ocasiões não podem realizar suas atividades cotidianas, porque não existe um plano de manejo que defina as diretrizes de gerenciamento das áreas, as tornando um campo de disputa sobre a apropriação e utilização dos recursos e dos territórios. E em outras situações, as coletividades encontram-se em um cenário de imposições e opressões legais.

Analisando esse cenário entende-se que o Ecoturismo surge como uma alternativa ao desenvolvimento para essas comunidades, já que esse segmento integra-se as discussões ambientais que estão em campo e



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

possibilita o uso sustentável das áreas protegidas. Essa associação, também, pode ser interpretada como uma alternativa de inclusão dos moradores das UCs, visto que são sujeitos de direitos de desenvolvimento, uso e apropriação dos recursos e territórios, assegurados por lei.

## REFERÊNCIAS

ALIER, J. M.. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BARRETTO, Margarita; TAMANINI, Elizabete. **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: Educs, 2002.

BECKER, Bertha; GOMES, Paulo C. da Costa. Meio ambiente: matriz do pensamento geográfico. In: VIEIRA, Paulo Freire; MAIMON, Dália (Orgs.). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Paraíba: APED, UFPA/NAEA, 1993.

BRASIL. Ministério do Meio ambiente/ibama. **SNUC**, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000b**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, 23 de agosto de 2000, seção 1.

CASSARINO, Julian Perez. Dimensões iniciais necessárias à Agroecologia como proposta transformadora para o desenvolvimento rural no Brasil. In: Simpósio de Geografia Agrária, 5, 2009, Niterói - RJ. **Anais...** Niterói-RJ: UFF, 2009, p. 1 - 19.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, São Paulo, p. 35-50, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a04v26n74.pdf>>. Acesso em: 25/04/2018.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de conservação**. São Paulo: Aleph, 2002.

FARACO, Luiz Francisco Ditzel. A construção de alternativas nas políticas de conservação da biodiversidade: inserindo a diversidade de saberes e de concepções sobre a relação sociedade-natureza. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 5, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENPPAS, 2010.



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

FERNANDEZ, Fernando Antônio de Souza. **O poema imperfeito: crônicas de biologia, conservação da natureza e seus heróis.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000.

G/ERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, Amália Maria Goldberg. **Padrão de Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Texto para discussão. Programa de Mestrado em Economia da Universidade Estadual de Maringá, n.50, 2000.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, mar. 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2763903>>. Acesso em: 24/05/2018.

HENRY-SILVA, Gustavo Gonzaga. A importância das unidades de conservação na preservação da diversidade biológica. **Revista LOGOS**, São Paulo, v. 1, n. 12, p. 127-151, out. 2005.

INSTITUTO, ECOBRASIL. **Ecoturismo – Turismo Sustentável.** Manaus, 2000. Disponível em : <[http://www.ecobrasil.org.br/publique/media/acordo\\_de\\_mohonk.pdf](http://www.ecobrasil.org.br/publique/media/acordo_de_mohonk.pdf)>. Acesso: 12/04/2018.

JARAMILLO, Samuel. El impacto de la crisis y la recomposición en la configuración espacial de la industria colombiana, 1980-1988. In CURBELO, José Luis; ALBURQUERQUE, Francisco; MATTOS, Carlos A. de; CUADRADO, Juan Ramón. **Territórios en transformación: análisis y propuestas.** Madrid: FEDER, 1994. p. 297-324.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais.** Campinas, SP : Papirus, 2002.

MAY, Peter Herman. **Economia do meio ambiente: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MACFARLANE, L. J. **Socialism, social ownership and social justice.** Nova Iorque: St. Martin's Press, 1998.

MILANO, M. S. **Unidades de Conservação: conceitos e princípios de planejamento e gestão.** Curitiba, FUPEF. 65p., 1989.

NOGUES, D. C. **Unidades de Conservação (UCs) do litoral paranaense e seus efeitos nas comunidades de pescadores artesanais.** Monografia



# Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

(Graduação em Oceanografia), Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná-PR, 2012.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**: Curitiba, v.5, n. 2, p. 37-48, 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>>. Acesso em: 24/04/2018.

PARREIRA, José Manuel Rodeia Rocha. **Organizações de base comunitária: que papel no conceito e implementação do desenvolvimento a partir de baixo?** 104 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional), Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1664/3/TeseFinal.pdf>>. Acesso em: 24/04/2018.

PIERRE, Naina e KIM, Milena Kiatkosk. **A Sustentabilidade social como condição para a conservação**. O caso da Ilha Do Mel (Paraná, Brasil). Brasília, 2008.

PÔLESE, Mario. **Economia Urbana e Regional**. Coimbra: APDR, 1998.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C. **Introdução**: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23-77.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237 - 280, out. 2002.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT - WCED. **Our Common future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em: 24/04/2018.